

POR QUE FLÁVIO BOLSONARO CENSUROU ESTE JORNAL?





CENSURA NUNCA MAIS

Logo após o primeiro turno da eleição deste ano, fomos surpreendidos com uma resolução do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, que proibiu a circulação da edição anterior deste *Petróleo dos Brasileiros*, instrumento de comunicação do Sindipetro Unificado, a pedido do candidato Flávio Bolsonaro.

A censura de um jornal impresso na sua integralidade, de acordo com juristas e meios de comunicação, é a primeira desde o fim da ditadura militar - o que demonstra a sua gravidade -, realizada sob a alegação de que este periódico estaria favorecendo a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva.

O que fizemos, na verdade, foi apenas comparar os projetos das duas candidaturas em relação a temas de interesse da categoria petroleira - para a qual atuamos e da qual existimos. Petrobrás, soberania nacional, economia e direitos trabalhistas foram temas centrais da edição vetada.

É importante salientar que o sindicato tem o direito de criticar qualquer candidato e de apontar os caminhos para que a pauta da categoria seja atendida. Para isso, somos guiados pela ética e pela transparência nos métodos de investigação e seleção jornalísticas, bem como na explicitação das fontes - de dados e de opiniões. E foi justamente esses princípios que utilizamos.

Consideramos essa deliberação absurda e, por isso, decidimos fazer esta nova edição do *Petróleo dos Brasileiros*, para que cada leitor possa, a partir dessas informações, tomar a melhor decisão nas urnas no próximo dia 25 de outubro.



Petroleiros protestam na Refinaria de Capuava contra censura

CENSURA DE TOGA

Quem controla o que pode ser dito pretende controlar também o que há de ser pensado

Por Lília Moritz Schwarcz*

O autoritarismo nem sempre chega fardado, usando botas e colocando tanques nas ruas. Às vezes, apresenta-se de maneira mais discreta, mas igualmente eficiente: invoca a lei, reivindica a ordem, promete proteger a sociedade ao passo que a coíbe. E, em nome de uma suposta proteção, pratica o oposto: começa a silenciar vozes.

Censura é o exercício do poder de controlar, restringir ou obstruir ideias, opiniões, manifestações, impedindo sua livre circulação. É uma maneira de determinar o que pode e não pode ser dito, e de estabelecer o que a sociedade pode conhecer, discutir e questionar.

A censura é uma das linguagens mais antigas do poder autoritário. A primeira delas. Afinal, quem controla o que pode ser dito pretende controlar também o que há de ser pensado. A história está repleta de exemplos desse tipo de abuso do poder. Regimes autoritários costumam começar perseguindo adversários, restringindo a imprensa, interditando livros e artigos, e classificando opiniões divergentes como ameaças à segurança nacional. Foi assim no fascismo italiano, no nazismo alemão e nas ditaduras latino-americanas. No Brasil, o Estado Novo e a ditadura civil-militar transformaram a censura numa política de Estado. O objetivo não era apenas proibir palavras, mas procurava-se administrar o silêncio – e o medo também.

É nesse cenário que preocupam as recentes decisões do presidente do Tribunal Superior

Eleitoral, Kassio Nunes Marques. Em plena disputa presidencial, o magistrado determinou a suspensão, por exemplo, do canal de WhatsApp “Exército do Lula”, administrado pelo deputado André Janones, após pedido feito pela campanha de Flávio Bolsonaro – sem provas documentais. O juiz não censurou, porém, o próprio canal do candidato do PL, também acusado de disseminar fakenews.

Mas esse não foi um caso isolado. Em 9 de outubro de 2026, Nunes Marques determinou a suspensão do jornal *Petróleo dos Brasileiros*, atendendo também a um pedido da campanha de Flávio Bolsonaro. O periódico não fazia propaganda eleitoral, apenas estabelecia comparações entre os projetos dos dois presidenciáveis, abordando temas de relevo como privatizações da Petrobrás, preços dos combustíveis, direitos trabalhistas e segurança pública.

Decisões envolvendo pesquisas eleitorais e a remoção de publicações levantam questionamentos e suspeitas sobre os limites da intervenção judicial, a imparcialidade da Justiça Eleitoral e a prática da censura.

O Judiciário existe para proteger direitos, não para substituir o debate público por decisões discricionárias. A censura começa quando o poder decide quem deve ser ouvido. Já o autoritarismo avança quando aprendemos a considerar o silêncio como normal e naturalizamos o arbítrio.

**Lília Moritz Schwarcz é antropóloga, historiadora, professora da USP e de Princeton, além de integrante da Academia Brasileira de Letras.*



SINDICATO UNIFICADO DOS PETROLEIROS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, MATO GROSSO DO SUL, GOIÁS E DISTRITO FEDERAL. Redação: Rua Cônego Manoel Garcia, 1010 - Jardim Chapadão - Campinas (SP) - CEP: 13070037. www.sindipetrosp.org.br. E-mail: comunicacao@sindipetrosp.org.br. Repórteres: Guilherme Weimann, Marcelo Aguilar e Vítor Peruch. Diagramação: Rangel Egídio. Impressão: Gráfica Algoritmo. Tiragem: 10 mil exemplares. E-mails: sao.paulo@sindipetrosp.org.br - campinas@sindipetrosp.org.br - maua@sindipetrosp.org.br. Diretoria: Rodrigo Marmerola (19) 99206-3885, Cibele Vieira (11) 96860-4433, Juliano Deptula (11) 96386-8855, Maria Júlia Wegher (11) 97898-7447, Pedro Augusto (11) 98164-9548, Dimas Lignelli (13) 99680-6969, Rodrigo Araújo (11) 94989-9215, Rodrigo Zanetti (19) 99827-4257, Steve Austin (11) 91340-8944. REGIONAIS Campinas: (19) 3743-6144 Mauá: (11) 4514-3721 São Paulo: (11) 3255-0113.



Foto: Joédson Alves / Agência Brasil

Integrante do Prerrogativas também denuncia interferência das plataformas digitais na eleição presidencial

“AS INSTITUIÇÕES FORAM INSTRUMENTALIZADAS A SERVIÇO DE INTERESSES POLÍTICO-ELEITORAIS”, DIZ MARCO AURÉLIO DE CARVALHO

Jurista comenta censura sofrida pelo jornal Petróleo dos Brasileiros, além de outras inconsistências do TSE

Por Marcelo Aguilar

Em entrevista ao Sindipetro Unificado, o reconhecido jurista do grupo Prerrogativas, Marco Aurélio condena a censura contra o jornal Petróleo dos Brasileiros, denuncia aparelhamento das instituições e questiona ingerência das plataformas na eleição brasileira.

CONFIRA A ENTREVISTA COMPLETA:

Uma ação promovida por Flávio Bolsonaro e acatada por Nunes Marques censurou a última edição deste jornal. Qual sua opinião?

A censura é um instrumento poderosíssimo de fragilização da própria democracia. Só haveria uma justificativa para um ato de censura, se nós estivéssemos diante de um crime cometido contra a ordem, contra a honra de quem quer que fosse, calúnia, difamação, injúria, ou se a gente estivesse diante da propagação de fake news, algo que pudesse de alguma forma colaborar com a instabilidade das instituições, da ordem constitucional vigente, ou coisa do gênero. Então, é gravíssima essa situação. Infelizmente, o Flávio Bolsonaro foi abraçado pelo sistema e abraçou o sistema, e hoje é o candidato do sistema. Ele tenta apresentar a candidatura dele como uma candidatura moderada, como

se ele fosse o melhor dos Bolsonaro, mas ele é pior.

A medida se insere num contexto de diversas ações do mesmo ministro que têm sido denunciadas como favorecimento eleitoral. Qual sua avaliação?

Infelizmente, as instituições foram instrumentalizadas a serviço de interesses político-eleitorais, mas nós temos dentro do nosso ordenamento jurídico instrumentos para denunciar isso, e isso é o que o presidente Lula tem feito: demonstrar a parcialidade com a qual alguns ministros da mais alta corte eleitoral do país tem conduzido os processos que estão sob suas respectivas relatorias. Temos utilizado esses instrumentos para fazer essas denúncias.

Além da atuação judicial, vemos denúncias sobre o favorecimento à campanha do Flávio por parte das plataformas de redes sociais como a Meta. Em que sentido isso representa uma ingerência externa e como

pode afetar a eleição?

Diversas plataformas, entre as quais a Meta, associaram-se ao Bolsonaro e ao bolsonarismo para tentar nos impor uma derrota, exatamente porque a gente tem procurado colocar limites na atuação dessas plataformas, então para eles nós representamos um risco. Essas plataformas não tem nenhum interesse de se submeter a regras mínimas de comportamento, de conduta, e resolveram de fato abraçar um lado nessa disputa, isso é indiscutível.

Que ferramentas o Brasil já tem e que medidas devem ser tomadas na regulamentação destas plataformas e qual a importância disso para preservar a democracia?

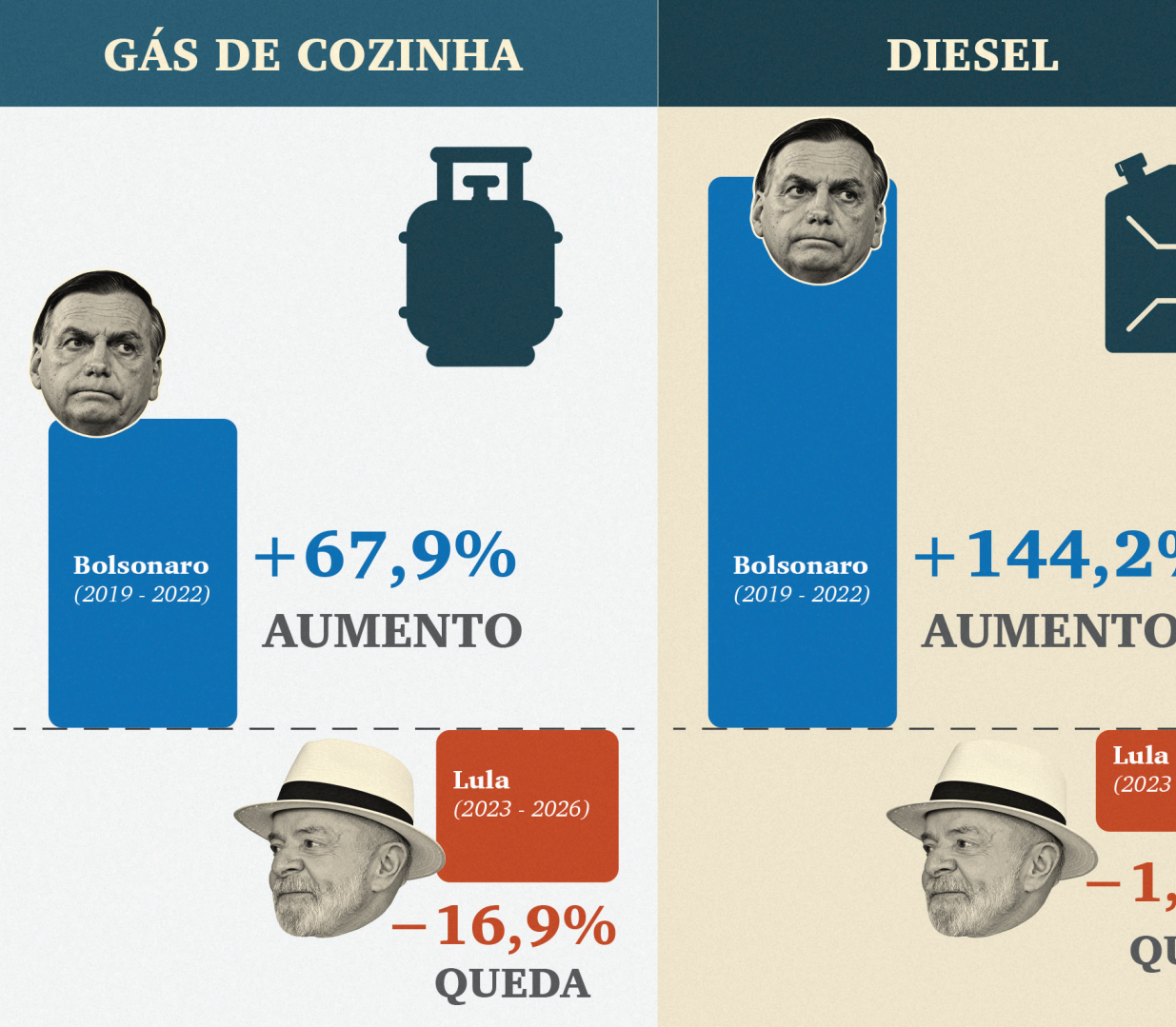
A Advocacia Geral da União, o Ministério da Justiça, o Parlamento Brasileiro, o país têm diversas instituições se reunindo para discutir a melhor forma de regulamentar a forma de atuação dessas plataformas, e isso representa um risco para cada uma e para todas elas, porque têm interesse de continuar atuando sem qualquer tipo de controle. Mas eles sabem que o Brasil vai fazer esse debate se Lula for eleito, porque é um debate absolutamente conveniente, oportuno e necessário.

PETROBRÁS SOB DUAS PERSPECTIVAS

Por Guilherme Weimann | Arte: Rangel Egídio

Nos últimos oito anos, a Petrobrás experimentou duas visões antagônicas em relação a sua governança. Durante o governo de Bolsonaro (2019 - 2022), a empresa vendeu ativos e aplicou uma política flutuante nos preços dos derivados de petróleo, que resultou em uma alta acumulada que ultrapassou 100% no caso do diesel e da gasolina nas refinarias. Já durante o governo Lula, houve a interrupção dos processos de privatização e a retomada de investimentos. Além disso, a estatal encerrou a política de preços praticada pelo seu antecessor e adotou um padrão com mais previsibilidade. Para os consumidores finais, o diesel é o derivado mais sintomático em relação à diferença entre os dois governos: aumento de 79,89% durante o governo Bolsonaro e de 7,84%, com impactos direto no agro e na inflação brasileira.

VARIAÇÃO DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS NAS REFINARIAS DA PETROBRÁS*



*O levantamento foi realizado pela reportagem a partir de uma base de dados disponibilizada pelo DIEESE.

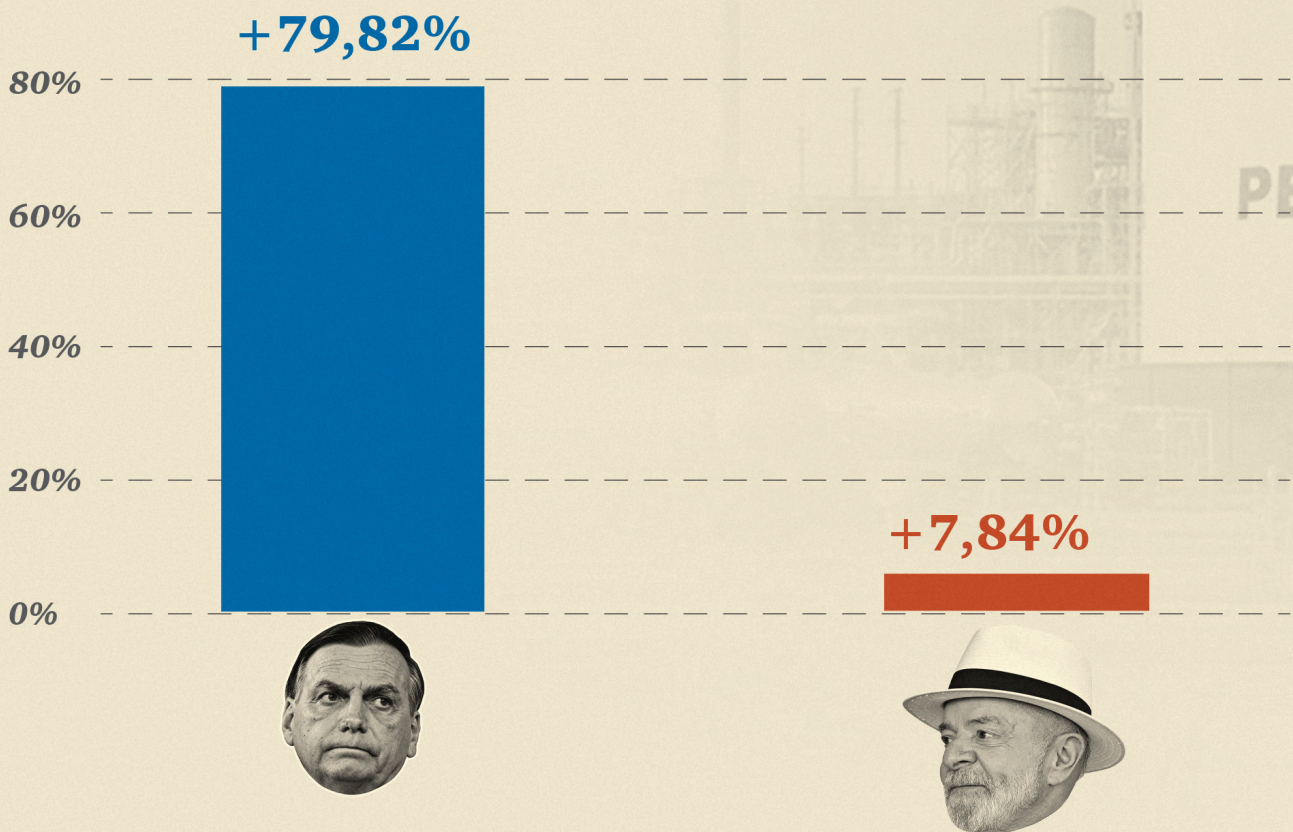
BOLSONARO

2019 – 2022

Seguindo o modelo do seu antecessor, Michel Temer, o governo Bolsonaro praticou o preço de paridade de importação (PPI), para a venda dos derivados fabricados nas refinarias de Petrobrás. Além da falta de previsibilidade, isso gerou aumentos sucessivos nos preços do gás de cozinha, diesel e gasolina.

QUANTO O PREÇO DO DIESEL S-10 SUBIU EM CADA GOVERNO NOS POSTOS

Variação acumulada do preço ao consumidor final(%), com base nos dados do DIEESE

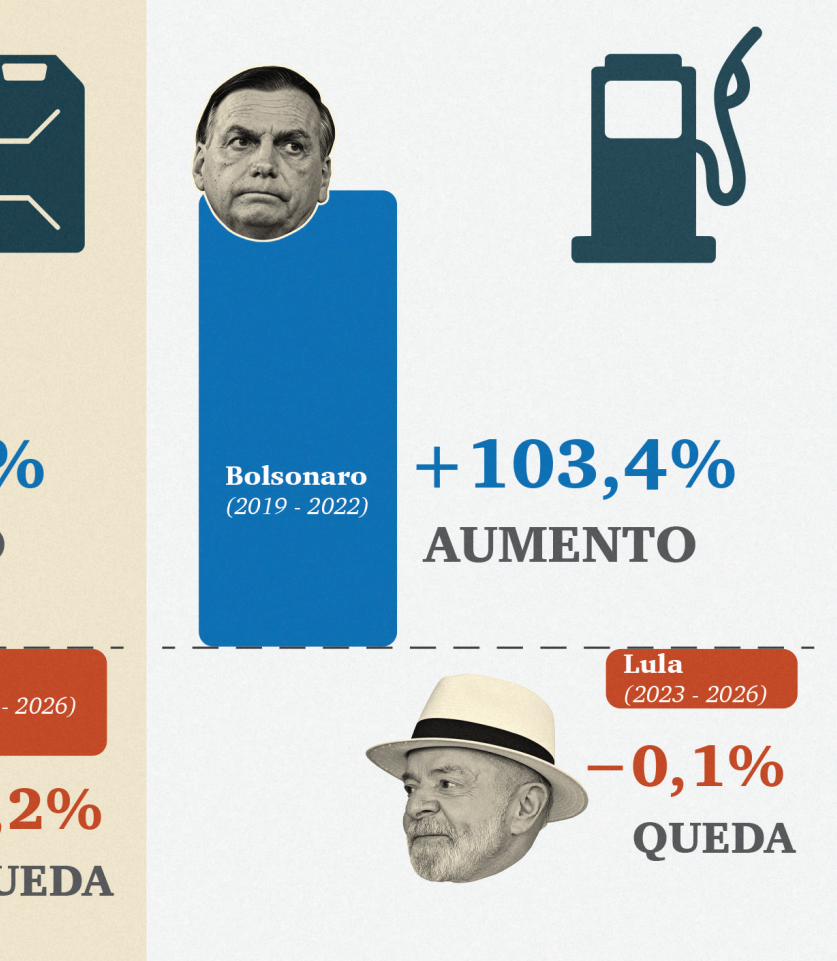


COMBUSTÍVEIS

BOLSONARO
(2019-2022)

LULA
(2023-2026)

GASOLINA



LULA

2023 – 2026

No governo Lula, a Petrobrás extinguiu o preço de paridade de importação (PPI) e adotou um modelo com menos oscilações dos preços, o que favoreceu não apenas os consumidores de combustíveis no varejo, como toda a cadeia produtiva nacional.

DOIS PROJETOS,

Por Vítor Peruch | Arte: Rangel Egídio

Lado a lado, o que cada candidato escreveu sobre energia: de um lado, a Petrobrás no centro do projeto. Do outro, nem uma menção à maior empresa do país.



11

vezes que o plano de Lula cita a Petrobrás

Páginas 63, 66, 67 e 68

Contagem da palavra no texto integral dos programas

O QUE O PLANO DE LULA DIZ

● CONSTA ○ NÃO CONSTA · OS DOIS PROMETEM: REFINO E BIOCOMBUSTÍVEIS

PETROBRÁS

- Volta à distribuição de combustíveis e gás, além de ampliação no parque de refino. (p. 67)

RESERVAS E EXPLORAÇÃO

- Petrobrás “continuará ampliando investimentos em exploração onshore e offshore”, para recuperar o controle das reservas e revitalizar campos maduros. (p. 67)

INDÚSTRIA NAVAL

- 96 embarcações encomendadas pela Petrobrás, 71 feitas no Brasil; conteúdo local mantido. (pp. 66-67)

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

- Pretende realizar uma “transição energética justa”. (pp. 63-64)

POBREZA ENERGÉTICA

- Prevê o combate à pobreza energética, com Luz do Povo e Luz para Todos. (p. 65)

CLIMA

- Transição alinhada ao Acordo de Paris e à NDC brasileira. (p. 67)

FRACKING

- Não menciona o fracking.



ENTENDA: o fracking injeta água, areia e produtos químicos em alta pressão no subsolo para quebrar a rocha e soltar o gás preso nela. Riscos apontados: contaminação de aquíferos, gasto de água, vazamento de metano e

GÁS NATURAL

- Expandir e interiorizar a malha de gás, com biometano. (pp. 66-67)

GÁS RELEASE

- Não trata do tema.



ENTENDA: o gas release obriga a Petrobrás a liberar parte do gás que controla para concorrentes. A FUP é contra: o

PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

- Nova política de preços da Petrobrás para não repassar o preço internacional. (p. 66)



ENTENDA: PPI é o preço de paridade de importação. De 2016 a maio de 2023, a Petrobrás cobrava pelos combustíveis o que custaria trazer o produto de fora, mesmo o Brasil produzindo o petróleo. Foi assim durante todo

ESTATAIS

- Fortalece a Petrobrás e a Petrobrás Biocombustível (Pbio). (pp. 67-68)

Fontes: Programa de Governo Lula (PT), pp. 63-68; Diretrizes do Plano de Governo Flávio Bolsonaro (PL), pp. 52-53 e 70; Eixos; Poder360; Agência INFRA. Menções contadas por busca de texto nos PDFs registrados no TSE.

UM ABISMO

E o histórico pesa: Bolsonaro vendeu a BR, gasodutos e refinarias. Flávio promete retomar as vendas, e a campanha admite: todas as estatais serão avaliadas.



O

vezes que o plano de Flávio cita a Petrobrás. Em 76 páginas.

Mesma busca, mesmos termos

O QUE O PLANO DE FLAVIO DIZ

● CONSTA ○ NÃO CONSTA · OS DOIS PROMETEM: REFINO E BIOCOMBUSTÍVEIS

- ☐ Não cita a Petrobrás nenhuma vez, em 76 páginas.
- ☐ Nenhum papel previsto para a estatal na exploração de petróleo e gás.
- ☐ Não menciona indústria naval, estaleiros nem conteúdo local.
- ☐ Não menciona transição energética.
- ☐ Não menciona em nenhum momento.
- ☐ Não cita Acordo de Paris, COP30 nem neutralidade de carbono.
- ☒ Propõe liberar o fracking para extrair gás não convencional. (p. 52)

tremores. É proibido na Alemanha e na França e já foi vetado em alguns estados brasileiros.

- ☒ Dar continuidade à Nova Lei do Gás de 2021, que quebrou o monopólio. (p. 52)
- ☒ Não cita o termo, mas promete dar continuidade à Nova Lei do Gás, que prevê o programa. (p. 52)

programa não cria gás novo, só tira da Petrobrás o que ela descobriu e produziu.

- ☐ Não fala da política de preços da Petrobrás. Promete cortar impostos. (p. 53)

o governo Bolsonaro. Em maio de 2023, no governo Lula, o PPI acabou e o preço passou a olhar o custo do cliente e a realidade brasileira: é o “abrasileiramento” dos preços.

- ☒ Retomar o Programa Nacional de Desestatização, caso a caso, sem lista de estatais protegidas. (p. 70)

A PROMESSA

ELE JÁ DISSE QUE É A FAVOR. HOJE CHAMA DE “BOATARIA”.

“Eu sou a favor de privatizar a Petrobrás e sempre digo isso publicamente.”

FLÁVIO BOLSONARO, EM ENTREVISTA AO UOL, ABRIL DE 2022

DEZ. 2025

À Reuters: a Petrobrás é um conglomerado em que se vê “o que não funciona e pode ser privatizado”.

JUN. 2026

Segundo O Brazilianista, disse que empresas da Petrobrás poderiam ser privatizadas e render “algumas centenas de bilhões”.

8 E 9 OUT. 2026

Campanha diz que nenhuma estatal será tocada. Flávio chama a privatização de “boataria”.

O QUE ESTÁ ESCRITO NO PLANO (p. 70)

“retomar o Programa Nacional de Desestatização”

Avaliar caso a caso onde o Estado não faria mais sentido. Sem lista de estatais protegidas. O coordenador da campanha, Rogério Marinho, resumiu em 18/8: **todas as estatais passarão por avaliação.**

A CNN Brasil analisou o documento de 76 páginas e identificou 22 referências a Jair Bolsonaro ou ao governo dele. Segundo a reportagem, o plano apresenta medidas da gestão de 2019 a 2022 como modelo para políticas que Flávio pretende retomar, aprofundar ou concluir. Em um trecho sobre infraestrutura e energia, o documento afirma:

“Vamos dar continuidade a esse caminho.”

“Quem aí está com saudade de um governo Bolsonaro? Eu vou dar continuidade ao legado de Jair”

FLÁVIO BOLSONARO

O HISTÓRICO

O QUE BOLSONARO VENDEU DA PETROBRÁS

ativos vendidos no governo Bolsonaro, segundo levantamento do Dieese e do INEEP. Em nov. 2021, Bolsonaro disse: “...é nós partirmos para privatizar a Petrobrás.” Meta do plano da época: US\$ 26,9 bi em vendas.

204

DISTRIBUIÇÃO

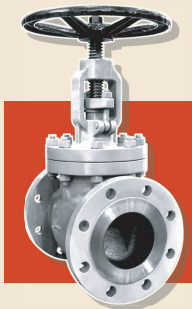
BR Distribuidora (hoje Vibra) e Liquigás (gás de botijão) saíram da Petrobrás.



VENDIDO

GASODUTOS

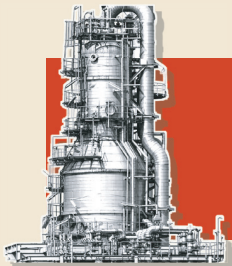
90% da TAG vendidos em 2019 à Engie e a um fundo canadense: cerca de R\$ 33,5 bi.



VENDIDO

4 REFINARIAS

Mataripe (BA), Manaus (AM), Xisto (PR) e Clara Camarão (RN), esta contratada em 2022. Meta: 8 de 13.



VENDIDAS

CAMPOS E POLOS

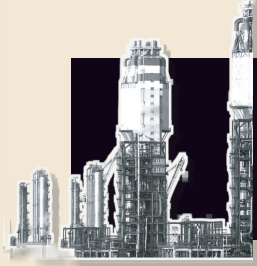
Campos de petróleo, terminais, termelétricas e usinas eólicas também foram a leilão.



VENDIDOS

FERTILIZANTES

Sem comprador, as FAFENs (BA e SE) foram arrendadas à Unigel e a ANSA (PR) hibernada. A ureia da Petrobrás parou.



ARRENDADO

Em maio de 2022, o Ministério de Minas e Energia pediu a inclusão da Petrobrás no Programa de Parcerias de Investimentos, para eventual privatização.

E O BRASIL COM ISSO?

A Petrobrás **deixou de ser empresa integrada**: sem distribuição, sem gasodutos, sem parte do refino. A produção nacional de nitrogenados parou; a ANSA voltou em 2024 e as FAFENs em 2026, no governo Lula. **Lula encerrou a venda de refinarias** (decreto de 26/8/2024) e seu plano prevê a volta à distribuição.